

tem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

Data 02.09.2010. — A Juíza de Direito de Turno, *Dr.ª Eunice Maria Moura Barros*. — O Oficial de Justiça, *Engrácia Borges Ferreira*.
303653379

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

Anúncio n.º 8717/2010

**Processo: 834/10.8TBSTS
Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)**

Insolvente: Maria Fernanda Andrade da Cunha, Unipessoal, L.ª
Credor: Millennium BCP, S. A. e outro(s).

Maria Fernanda Andrade da Cunha, Unipessoal, L.ª, número de identificação fiscal 505602318, Endereço: Travessa da Ábrego, N.º 10, Vilarinho, 4780-000 Santo Tirso

Nuno Rodolfo da Nova Oliveira da Silva, Endereço: Quinta do Agrelo — Rua do Agrelo, N.º 236, Castelões, 4770-831 Castelões — V. N. Famalicão

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência de massa.

Efeitos do encerramento: os do art.º 233.º do CIRE.

Data: 28-07-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Paulo Mota* (juiz em regime de substituição). — O Oficial de Justiça, *Carla Albuquerque*.
303544717

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DA MADEIRA

Anúncio n.º 8718/2010

**Insolvência Pessoa Colectiva (Apresentação)
Proc. N.º 662/10.0TBSJM**

Insolvente: Pinhos & Sousa, L.ª

No Tribunal Judicial de São João da Madeira, 2.º Juízo de São João da Madeira, no dia 09-08-2010, às 17:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Pinhos & Sousa, L.ª, número de identificação fiscal 500945462, Endereço: Rua da Liberdade, 26, S. João da Madeira, 3700-168 S. João da Madeira, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor: Manuel Augusto de Pinho Resende, com domicílio na Rua da Liberdade, n.º 26, S. João da Madeira, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Manuel Casimiro Duarte Bacalhau, Endereço: Av.ª da Liberdade, 635, 1.º E, 3700-166 S. João da Madeira.

Fica determinado que a administração da massa insolvente será assegurada pelo devedor, nos precisos termos e com as limitações impostas na sentença.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas directamente ao administrador da insolvência.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada, ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante da sentença (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado de todos os documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 30-09-2010, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Data: 10/08/2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Susana Pinto Couto* (em turno). — O Oficial de Justiça, *José Luís Gomes Soares*.
303602761

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE TOMAR

Anúncio n.º 8719/2010

Processo n.º 715/10.5TBTMR — Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Requerente: Ricardo Guilherme Fernandes

Insolvente: Atyourside Consulting — Consultores em Tecnologia da Informação e Comunicação, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Tomar, 3.º Juízo de Tomar, no dia 13-08-2010, às 17:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Atyourside Consulting — Consultores Em Tecnologia da Informação e Comunicação, L, NIF — 505565676, Endereço: Rua António da Graça, N.º 16, Vila Nova, Paialvo, 2300-000 TOMAR com sede na morada indicada.

É gerente do devedor:

Luís Manuel Matias Carvalheiro, Endereço: Rua António da Graça, N.º 16, Vila Nova — Paialvo, 2300-000 Tomar a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Carlos Manuel dos Santos Inacio, Endereço: Estrada D. Maria Pia, 35, Candeeiros — Benedita, 2475-015 Benedita

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.